



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
COMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGRICULTURA,
TECNOLOGIA E TURISMO

PARECER FAVORÁVEL Nº 939/2021

REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI - PROCESSO N. 4502/2021

RELATOR: GIL MAGNO

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de filmar, gravar e transmitir ao vivo, via internet, as sessões públicas das licitações presenciais e facilitar o acesso ao sistema eletrônico ativo em cada licitação eletrônica no âmbito do Município de Petrópolis e dá outras providências

Em consonância com os dispositivos elencados no **Art. 52, §1º**, inciso **I, II e III** do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis, segue o parecer:

I – DO RELATÓRIO

Trata-se de um Projeto de Lei proposto pelo Ilmo. Vereador Eduardo do Blog, que “**DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FILMAR, GRAVAR E TRANSMITIR AO VIVO, VIA INTERNET, AS SESSÕES PÚBLICAS DAS LICITAÇÕES PRESENCIAIS E FACILITAR O ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO ATIVO EM CADA LICITAÇÃO ELETRÔNICA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”.

Primeiramente faz-se constar anexo a este processo, parecer DAJ CMP DSL No. 4502/2021 SSM, que tem por parecer Vício de Formal de Inconstitucionalidade, “*pois viola frontalmente os princípios da separação entre poderes...*”.

A matéria foi distribuída na Comissão de Constituição Justiça e Redação, obtendo apreciação favorável pela signatária do parecer, nada tendo a se opor a sua tramitação em Plenário, pois a matéria em destaque encontra nos “*termos do art. 35, I, j, do Regimento Interno da Câmara oportunidade ou conveniência da matéria proposta, bem como é FAVORÁVEL a sua ADMISSIBILIDADE E TRAMITAÇÃO*”.

Da mesma forma a proposição foi analisada pela Comissão de Segurança Pública, Serviços Públicos e Defesa do Consumidor obtendo parecer igualmente **favorável**, pois como segundo o Ilmo. Relator, o Projeto de Lei “*atende os princípios básicos da Administração Pública, preconizados no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil*.” (grifo nosso).

Cumprе oportunamente ressaltar as competências da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Tecnologia e Turismo, conforme disposto pelo Art. 35, inciso III, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis, como segue:

III - Da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Tecnologia e Turismo: (NR Resolução 001/2021);

- a) proposições e matérias atinentes à atividade industrial, comercial e ao setor econômico terciário;
- b) proposições e matérias ligadas ao cooperativismo e a outras formas de associativismo na atividade econômica;
- c) **fiscalização e incentivo pelo Município às atividades econômicas;**
- d) exame e emissão de parecer sobre proposições e matérias relativas ao controle da poluição ambiental em todos os seus aspectos e preservação dos recursos naturais;
- e) política de incentivo à agricultura e de desenvolvimento tecnológico da agropecuária;
- f) proposições e matérias atinentes à atividade agrícola;
- g) opinar sobre todas as proposições que digam respeito a ciência e tecnologia, em especial:
- 1 - pesquisa, divulgação e educação em ciência e tecnologia;
 - 2 - desenvolvimento científico e tecnológico;
 - 3 - políticas públicas que comportem o incentivo, apoio, fiscalização, investimentos, destinação de recursos e licenciamentos referentes a ciência e tecnologia;
 - 4 - estabelecimento e observação de princípios éticos e requisitos de segurança, acesso às informações pela sociedade e avaliação, prevenção e recuperação dos impactos decorrentes da pesquisa e desenvolvimento em ciência e tecnologia;
 - 5 - receber sugestões relativas a ciência e tecnologia, e encaminhá-las aos órgãos competentes ou oferecer proposições legislativas que atendam as demandas em debate;
 - 6 - estabelecer parcerias, convênios e intercâmbios com instituições de ciência e tecnologia, públicas e particulares;
 - 7 - organizar e participar de seminários, encontros e debates e promover atividades de natureza científica e tecnológica;
- h) incentivar e apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico e aplicação de seus resultados pela sociedade, bem como os profissionais e entidades que atuam em ciência e tecnologia;
- i) **acompanhar e fiscalizar o cumprimento da legislação e atuação dos órgãos do Poder Público Municipal quanto às políticas e ações em ciência e tecnologia;**
- j) promover e participar de conferências e eventos sobre todas as matérias de sua competência;
- k) estudar, debater, pesquisar, emitir pareceres e adotar as medidas cabíveis na sua esfera de atribuição;
- l) proposições e matérias relacionadas com o turismo em geral;
- m) proposições e matérias relativas à exploração das atividades e dos serviços turísticos.

Com base nas competências em destaque atribuídas à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Tecnologia e Turismo, segue o voto:

II – DO VOTO

O Projeto de Lei em pauta traz autorização e obrigatoriedade de filmagem, gravação e transmissão em tempo real via internet, das sessões públicas de procedimentos licitatórios realizadas no município petropolitano.

É preciso pontuar de início, que a publicidade de atos administrativos na área de licitação pública é de relevante interesse da livre concorrência, onde todos os participantes e contribuintes tenham total visibilidade do que está se passando nas diversas fases deste processo.

Cabe destaque em justificativa do autor, para a transparência das etapas licitatória até que se atinja seu resultado final, tudo isso sem ferir ou negligenciar as legislações vigentes onde conclui: **“Assim sendo, é fundamental que o processo licitatório torne-se cada vez mais transparente, seguindo os princípios da legislação atinente e da Administração Pública.** (grifo nosso)”.

Ainda sobre a matéria, cabe relevo na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (MPE) – Lei Complementar 123/2006, que institui um tratamento simplificado e diferenciado para as MPE's, onde o poder público municipal tem papel

importante como agente de promoção e fortalecimento na competitividade dos pequenos negócios.

Um dos pontos preconizados pela Lei Geral é a promoção do desenvolvimento local, utilizando-se do poderio econômico das prefeituras por meio das Licitações e Compras Diretas que realiza. Isso fica claro em seu Art. 48, §3º, que prevê: “***Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.*** (grifo nosso)”.

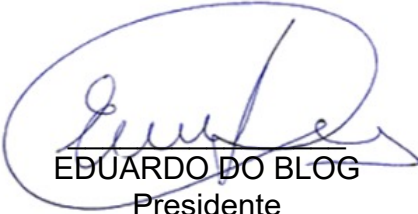
Desta forma sendo atribuição do próprio município em estabelecer regras de como as atividades licitatórias devem tramitar, sem que estas regras firam ou venham a ferir leis federais, estaduais e municipais existentes, o Projeto em questão vem contribuir para que cada vez mais ações públicas tenham transparência, amplie o acompanhamento do público em geral nestas ações, proporcionando incentivo para que empresas locais possam se desenvolver e investir no próprio município, gerando emprego e renda na cidade.

Por todo o exposto, segue voto com nosso parecer **favorável** a sua apreciação em Plenário.

III – DO PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Tecnologia e Turismo opina **FAVORAVELMENTE** à tramitação da referida Indicação Legislativa em plenário.

Sala das Comissões em 16 de Agosto de 2021



EDUARDO DO BLOG
Presidente



GIL MAGNO
Vice - Presidente



OCTAVIO SAMPAIO
Vogal